



## O desmonte da Petrobrás e seus impactos na soberania nacional



A venda de ativos estratégicos da Petrobrás nada mais é do que uma privatização fatiada e disfarçada, que resultará numa empresa sem perspectivas, além da exploração de petróleo e gás dentro da sua finitude. Isto refletirá definitivamente no futuro do Brasil que, mais uma vez, abdicará do legítimo direito de se tornar efetivamente numa nação soberana e respeitada globalmente.

**2** O desmonte se aprofunda

**3** Petrobrás, desinvestimentos e soberania nacional

### ENTREVISTA

Ronaldo Tedesco

**4** Cobrar as dívidas da Petrobrás e garantir a transparência

**6** Parente compra crise para vender a Petrobrás

**8** Desintegração da Petrobrás

**9** Refinarias, reduzir riscos?

### ENTREVISTA

Sylvio Massa de Campos

**10** BR Distribuidora já nasceu estratégica

# O desmonte se aprofunda

Alex Prado

**H**á um ano, em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados, comandada pelo hoje condenado a 15 anos de prisão Eduardo Cunha, dava início ao golpe midiático/parlamentar, que afastou Dilma Roussef da Presidência da República, instalando em seu lugar o terceiro presidente filiado ao PMDB, sem passar pelo crivo das urnas. 12 meses depois, Michel Temer tem os mais altos índices de rejeição, mas conseguiu adotar e aprovar medidas que aprofundaram a recessão, dobrou o número de desempregados, retirou direitos históricos dos trabalhadores e entrega patrimônios nacionais e estratégicos à sanha do capital internacional. Como no caso da Petrobrás e do pré-sal.

Sempre apoiado pela mídia hegemônica, com seu discurso de terra arrasada, Temer conseguiu aprovar a emenda à Constituição de instituiu o “teto” dos gastos públicos, engessando os investimentos governamentais, principalmente nas áreas da Saúde e da Educação, pelos próximos 20 anos.

Aprovou a lei que tira da Petrobrás o protagonismo na exploração do pré-sal, abrindo a maior reserva de petróleo descoberta no

século XXI à exploração direta e predatória das gigantes petrolíferas internacionais. Além de ferir gravemente a indústria nacional ao minimizar a política de conteúdo local.

Ao mesmo tempo em que tenta aprovar às pressas a mais severa reforma da previdência social do mundo ocidental, que obrigará os brasileiros a trabalharem ao menos 49 anos antes de ter direito ao teto da aposentadoria, Temer sancionou a draconiana lei da terceirização irrestrita que, na prática, significa o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): férias remuneradas, 13º salário, licenças maternidade e paternidade e o FGTS são direitos que inexistem com a precarização do trabalho.

Na Educação, Temer impôs uma reforma do Ensino Médio que, na prática, torna opcionais o ensino de matérias de Humanidades, como Sociologia, Filosofia e Artes. Aboliu o programa Ciência sem Fronteira, que já levou mais de 30 mil brasileiros a universidades estrangeiras.

Na política externa, o atual governo afasta-se dos BRICS e do Mercosul, assumindo uma posição

de submissão aos interesses dos EUA e da Comunidade Europeia.

Internamente, o governo fechou as portas aos movimentos sociais progressistas. Vive ameaçando a continuidade do bolsa família, enquanto criou o bolsa mídia, distribuindo milhões à mídia hegemônica (Globo, Folha, Estadão, Veja, entre outras), enquanto proibia a publicidade pública na chamada mídia progressista.

Em um ano, Michel Temer conseguiu muita coisa. Pena que no conceito de política de terra arrasada.



**Michel Temer tem os mais altos índices de rejeição, mas conseguiu adotar e aprovar medidas que aprofundaram a recessão, dobrou o número de desempregados, retirou direitos históricos dos trabalhadores e entrega patrimônios nacionais e estratégicos à sanha do capital internacional.**

Expediente



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409  
Centro - Rio de Janeiro-RJ  
CEP: 20020-100  
Tel.: 21 2277-3750  
Fax 21 2533-2134

**Presidente**  
Felipe Campos Cauby Coutinho

**Vice-Presidente**  
Fernando Leite Siqueira

**Diretor Administrativo**  
Francisco Isnard Barrocas

**Vice-Diretor Administrativo**  
Christian Alejandro Queipo

**Diretor Comunicações**  
Ronaldo Tedesco Vilardo

**Vice-Diretor Comunicações**  
Herbert Campos Gonçalves Teixeira

**Diretor de Pessoal**  
Arthur Flavio Jansen Ferrari

**Vice-Diretor de Pessoal**  
Sílvia Sinedino Pinheiro

**Diretor Cultural**  
Henrique Sotoma

**Vice-Diretor Cultural**  
Estellito Rangel Junior

**Diretor Jurídico**  
Paulo Teixeira Brandão

**Conselho Fiscal – Titular**  
Ricardo Moura de A. Maranhão, Diomedes Cesário da Silva, Francisco Soriano de Souza Nunes

**Conselho Fiscal - Suplente**  
Pedro Francisco de A. Castilho, Carlos Sezino de Santa Rosa, Raul Tadeu Bergmann

**Núcleos**  
Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus  
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão  
Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida  
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro  
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

**Delegados**  
Angra dos Reis: Alexandre Guilherme  
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães  
Rio Grande do Sul: James Chang  
São Paulo: Francisco Gonçalves  
Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

**Redação**  
Editores:  
Alex Prado (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)  
Projeto Gráfico:  
Luiz Fernando Nabuco  
Arte / Ilustração: Amorim  
Diagramação: Geraldo Machado

# Petrobrás, desinvestimentos e soberania nacional

\* Ricardo Maranhão

Por mais que me esforce, não consigo identificar pontos positivos no chamado **plano de desinvestimentos** da Petrobrás.

Começo por afirmar que a venda de ativos é **desnecessária**.

**Desnecessária**, porque a dívida da PETROBRÁS, embora expressiva, pode ser equacionada, alongada e paga sem despojar a Companhia de ativos lucrativos, estratégicos, valiosos, geradores de caixa. A PETROBRÁS não pode ficar refém de uma relação dívida líquida / ebitda, verdadeiro fetiche, criado pelo mercado financeiro e por empresas de auditoria envolvidas em escândalos, que cometem erros até mesmo na divulgação de resultados na festa do **oscar cinematográfico**. Há, pelo menos, dez **alternativas** para resolver a dívida, sem a necessidade de vender, de forma precipitada e com grandes prejuízos, o patrimônio da Petrobrás. Estas alternativas foram enviadas à direção da Companhia, pela AEPET.\*\*

**Prossigo**, rejeitando o caráter **irregular** e **ilegal** das operações, apontado pelos técnicos do Tribunal de Contas da União - TCU. Faltam transparência, obediência a ditames constitucionais, zelo pelo patrimônio público.

Não posso deixar de **destacar** que o **plano é inoportuno**, implementado em conjuntura recessiva, com preços dos ativos fortemente deprimidos.

**Dissimulado** e **desonesto** porque pretende enganar autoridades



**DESNACIONALIZANTE e ENTREGUISTA, resultando na transmissão do patrimônio nacional ao capital estrangeiro.**

e ao povo, com a utilização de falsos conceitos e eufemismos como **parcerias estratégicas**, na venda de patrimônio público, de forma ilegal, a preços vis.

**Desprovido de visão estratégica**, uma vez que tira da Petrobrás a condição de empresa integrada, afastando-a da petroquímica, dos biocombustíveis (etanol e biodiesel) e enfraquecendo sua participação no mercado de gás natural.

Marcado por falta de **sensibilidade social** porque contribuindo para aumentar o desemprego, com o fechamento de unidades de pro-

dução em regiões carentes, desprestigiando a engenharia e a indústria nacional.

**Descuidado** e **desatento** com a **segurança energética** do país, ao

transferir para o exterior, o controle e as decisões sobre instalações vitais para nossa **soberania**, como redes de dutos, com milhares de quilômetros e terminais marítimos para movimentação de combustíveis.

Este **plano de desinvestimentos** enfraquece e ameaça o futuro da PETROBRÁS. **Debilitar a Petrobrás é debilitar o Brasil**. A indústria do petróleo não é arena para pequenos. É campo para o enfrentamento de grandes corporações. Sem a Petrobrás na área da energia a **soberania nacional** fica comprometida.

\* Ricardo Maranhão é Conselheiro da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, do Clube de Engenharia e ex-Deputado Federal pelo PSB - RJ.

\*\* [https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2016/10/existe-alternativa-para-reduzir-a-divida-da-petrobr-c3a1s-sem-vender-seus-ativos\\_rev0.pdf](https://felipecoutinho21.files.wordpress.com/2016/10/existe-alternativa-para-reduzir-a-divida-da-petrobr-c3a1s-sem-vender-seus-ativos_rev0.pdf)



**Entrevista com o Presidente do Conselho fiscal da Petros, Ronaldo Tedesco**

# Cobrar as dívidas da Petrobrás e garantir a transparência



**U**m déficit técnico da ordem de R\$ 27 bilhões foi apontado pelas Demonstrações Contábeis do Exercício 2016, valor que assusta aos participantes e assistidos da Petros. Mas também vivemos as dificuldades da gestão de um patrimônio de R\$ 80 bilhões, com diversos investimentos investigados pela Polícia Federal, Ministério Público, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e também a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), órgão de fiscalização da União.

Dia 10 de abril, o Conselho Fiscal da Petros apreciou as

Demonstrações Contábeis (DCs) do Exercício de 2016 e decidiu por unanimidade recomendar a rejeição das contas ao Conselho Deliberativo (CD). O CD deve apreciar a matéria até o final do mês.

É a 14ª vez consecutiva, sendo as últimas quatro vezes por unanimidade que o Conselho Fiscal da Petros recomenda a rejeição das contas da Fundação. Esse consenso foi construído nos últimos quatro anos com a participação direta de Ronaldo Tedesco, representante eleito pelos participantes e assistidos e que exerce o cargo de Presidente do Conselho Fiscal nos últimos dois anos.

**AEPET NOTÍCIAS: Como está a situação da Petros?**

**RONALDO TEDESCO:** A Petros fechou o ano de 2016 com um déficit técnico acumulado de R\$ 27 bilhões. Havia expectativa de 2016 fechar com um desempenho positivo, o que não se confirmou. A Petros solicitou à Previc um prazo maior para poder apresentar o plano de equacionamento do déficit de 2015 (da ordem de R\$ 23 bilhões). A Previc concedeu um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) e esse debate sobre o equacionamento ficou adiado para o segundo semestre de 2017, quando será debatido também o déficit de 2016.

**AN: Esse adiamento foi ruim para os participantes da Petros?**

**RT:** Eu entendo que não. Ganhamos um pouco mais de tempo para debater nossos problemas e realizar as cobranças de dívidas que as patrocinadoras têm mantido há anos com o nosso plano.

**AN: Qual foi o motivo da recomendação do Conselho Fiscal de rejeição das contas da Petros?**

**RT:** Em primeiro lugar, não confiamos nos dados e nem nas premissas utilizadas para o cálculo dos compromissos da Petros. Esses dados e premissas são determinantes para o cálculo do chamado Passivo Atuarial e do equilíbrio técnico. Nesse sentido, a atual diretoria da Petros

tomou uma decisão importante de re- cadastramento geral dos planos PPSP e PP-2, que são os dois principais planos, que atendem aos petroleiros. Mas ainda será preciso agir em relação às premissas.

O segundo motivo é a utilização inapropriada dos recursos administrativos dos planos PPSP e PP-2 pelos demais planos administrados pela Petros. Nesse sentido, somente os planos (TAPMEprev e Eldoradprev) tiveram seus balanços aprovados.

O terceiro motivo é o valor das dívidas já contratadas pela Petros (FAT/FC, Pré-70 e Pensionistas) contaminadas pelo cálculo do passivo atuarial do PPSP.

No caso do FAT/FC, se agrava a situação, pois o cálculo financeiro foi realizado somente até 2006. Mas o FAT/FC continua incidindo e pressionando atuarialmente as contas do plano. A Petrobrás confessou a dívida até 2006. Como poderia negar a dívida após essa data? Para agravar, a Petros cobrou o FAT/FC em outro plano (Plano Petros Ultrafértil) que está apresentando um enorme déficit técnico. Por que não cobrar da Petrobrás e da BR?

**AN: E como é ser o Presidente do Conselho Fiscal em meio à Lava Jato?**

**RT:** Posso dizer que minha vida não

tem sido nada monótona. Tudo que sai na mídia, na internet, ou que está sendo investigado pelos órgãos públicos precisa

**“Conselho Fiscal rejeita as contas por unanimidade”**

ir para o conhecimento do Conselho Fiscal. Adotamos a prática de buscar pautar todos os assuntos. Mas o Conselho não possui ferramentas para poder investigar. Precisa

se apoiar tanto na própria Petros, como nos órgãos de fiscalização como a CVM, a Previc etc.

**AN: Tudo o que falam sobre a Petros é verdade?**

**RT:** Infelizmente, temos observado que muitas denúncias são verdadeiras, mas que também há muita coisa que não aconteceu de fato. Mas tudo está sendo investigado. Por exemplo, em relação a Galileo, um investimento que até a intervenção do MEC na Universidade Gama Filho estava com uma boa rentabilidade e adimplente. A partir daí, o título ficou inadimplente. Quando vamos analisar do ponto de vista administrativo, verificamos diversas situações no ativo que não obedeceram as melhores práticas do mercado. Do ponto de vista criminal, não foi possível, à princípio, apontar qualquer tipo de irregularidade. Tudo é muito complicado e o denunciamento não nos ajuda. Por isso, desde que entrei no Conselho Fiscal em 2013, adotamos o

princípio de somente fazer denúncias que podemos minimamente comprovar as irregularidades a serem apuradas. Isso sobrecarrega o Conselho Fiscal. Temos tido em média mais duas reuniões extraordinárias por mês nos últimos anos, além da ordinária.

**AN: Fale um pouco sobre a Sete Brasil.**

**RT:** O investimento no chamado FIP Sondas (Sete Brasil) aconteceu quando a Petrobrás havia descoberto o pré-sal. Para termos uma ideia, o pós-sal foi descoberto em 1974. Em 1995, 21 anos depois, com 470 poços em produção, atingiu a marca de 500 mil barris/dia. O pré-sal, “descoberto” em 2006, atingiu em 2014, somente oito anos depois, a marca de 500 mil barris/dia, com 47 poços em produção. Em 2015, atingiu 1 milhão de barris. Uma maravilha que desperta a cobiça de todos, inclusive da Total e da Statoil, que estão fechando os tais “acordos estratégicos” com a Petrobrás, lesando os interesses dos brasileiros.

O objetivo do Governo Federal na época era tirar aquele óleo de lá de baixo. Para isso, criou uma empresa para construir sete navios-sondas (por isso o nome Sete Brasil), que depois viraram 29. E chamou fundos de pensão e bancos para serem sócios. Ocorre que não foi prevista a baixa do preço do barril de petróleo para um patamar de 30 dólares. Nem a alta do dólar acima de R\$ 4. O ativo foi a *default*

(perda total). Além disso, há também os problemas morais que temos visto envolvendo a atuação dos gestores da Sete Brasil. O determinante, porém, é a postura do Governo Federal, através da Petrobrás e do BNDES de abandonar a iniciativa.

**AN: E isso aconteceu com a Usina Belo Monte também?**

**RT:** É o mesmo problema, envolvendo, nesse caso, a Eletrobrás e o BNDES. A crise econômica fez o Governo recuar e deixar o “mico” no colo dos sócios. Ocorre que as garantias contratuais são insuficientes e a responsabilidade da Petros existe também na análise das condições contratuais, que não a protegem de riscos. Mas se o Governo mantivesse como prioridade realizar esses empreendimentos, esses ativos não iriam ser perdas, como de fato o são.

O fato é que negócios da Petros com a Petrobrás e o Governo Federal não são assim tão bons como poderiam ser. Nas palestras que eu tenho feito em todo o país eu falo: já emprestei dinheiro para pai, mãe, irmão, genro, sogro? Se alguma coisa dá errado, é difícil resolver. A mesma coisa é o chamado “risco patrocinadora”.

Além disso, há diversos ativos que não estão rentabilizando como deveriam como Invepar, Itaúsa e BR Foods. Em Itaúsa está havendo uma investigação sobre todos os gestores da época que aprovaram o investimento. Eu mesmo estou sendo investigado e espero que tudo fique esclarecido. A participação da Petros na gestão de ativos de renda variável é outro grave problema. Pela sua maturidade, a carteira de ativos do plano precisam migrar para a renda fixa.

**AN: O Conselho Fiscal denunciou alguns desses investimentos?**

**RT:** Sim. Em 2015, a Ernst & Young realizou uma investigação por proposta dos conselheiros eleitos Paulo Brandão e Silvio Sinedino em 70 investimentos que foram provisionados para perda. E detectou irregularidades bastante graves que iam desde falta de análise de risco prévia à aquisição dos ativos até garantias insuficientes ou não exercidas pela Petros. O Conselho Fiscal tomou conhecimento e realizou a denúncia à Previc de todos esses ativos e dos diretores da Petros entre 2002 e 2015. O Conselho Fiscal se reuniu com a diretoria colegiada da

Previc para saber sobre o andamento da denúncia e decidimos replicar a denúncia ao Ministério Público, pela demora das investigações na Previc. Estamos recomendando que a Petros entre com as ações cabíveis na medida em que as investigações avancem, para tentar ser ressarcida dos prejuízos que teve.

É importante que se diga que todos esses órgãos que hoje estão investigando a Petros já foram acionados várias vezes e muitas vezes não agiram na época. Mas é muito bom que agora estejam agindo agora. É interesse dos participantes e assistidos que tudo seja esclarecido.

**AN: Qual a saída para esse déficit técnico de R\$ 27 bilhões?**

**RT:** Só existe uma saída factível: cobrar as dívidas das patrocinadoras, em especial da Petrobrás e da BR Distribuidora, antes de realizar o equacionamento do déficit técnico. Caso a Petros não o faça, em 10 anos estaremos vivendo uma ameaça de insolvência do plano.

**AN: E que dívidas são essas?**

**RT:** Uma delas já está sendo cobrada, ainda que tenhamos dúvida sobre o seu montante. Trata-se da dívida sobre as contribuições da RMNR no período de Agosto de 2007 a Setembro de 2011. Esse apontamento foi parte do parecer do Conselho Fiscal do ano passado, que analisava as contas de 2015 da Fundação. A Petros finalmente fez essa cobrança no final de 2016, pressionada pela ação do Ministério Público. Fez um contrato de dívida no valor de R\$ 168

milhões, que nos estamos analisando no CF da Petros, por que achamos o valor contratado inconsistente, sem documentação que o valide. No parecer do CF deste ano, fizemos diversas recomendações a respeito.

**AN: Tem outras dívidas?**

**RT:** Muitas outras. Por exemplo, a Petros tem sido condenada em diversas ações judiciais solidariamente com a Petrobrás. Deveria a Petros cobrar da Petrobrás a parte que lhe cabe, mas não o faz. Esse valor é da ordem de R\$ 3,5 bilhões e deve entrar em pauta no CD em breve.

Outra: o Grupo 78/79 teve reconhecido seu direito para quem repactuou. Ocorre que não houve aporte de recursos

financeiros e os que não repactuaram desse grupo teriam, por lei, o mesmo direito. Ou a patrocinadora paga ou deve estender o direito a todos desse grupo. Esse cálculo atingia, em 2006, cerca de R\$ 1,1 bilhão.

Tem o chamado “Acordo de Níveis” fechado entre a Petrobrás e os Sindicatos, da ordem de R\$ 3 bilhões. Essa conta não é do plano. É de quem assumiu o acordo. Portanto, é da Petrobrás.

Tem o PCAC que, ao ser alterado em 2008, deu um aumento geral para os ativos e é também responsabilidade da Petrobrás. A Petros nunca calculou o impacto atuarial dessa alteração do PCAC.

Tem ainda as dívidas cobradas pelos sindicatos na 18ª vara civil do Rio de Janeiro, que em 2006 eram da ordem de 9,8 bilhões (dos quais R\$ 4,7 bilhões eram o FAT/FC, Pré-70 e Pensionistas). Restam ainda R\$ 5 bilhões (em dinheiro de 2006) a serem cobrados, em valores que podem atingir mais de R\$ 10 bilhões quando recalculados. No caso do FAT/FC, a Petros realizou esta cobrança em relação ao Plano Petros Ultrafértil. Por quê não o faz também para o PPSP?

Em resumo, as dívidas que existem para ser cobradas são tantas, que o equacionamento poderia não existir. Resta ainda a coragem para que a Diretoria da Petros e seu Conselho Deliberativo cumpram suas obrigações estatutárias. Os participantes e assistidos da Petros precisam pressionar através de suas entidades representativas para que isso aconteça.

**AN: Há fundamento para a cobrança dessas dívidas?**

**RT:** A própria Petros solicitou recentemente um parecer jurídico de um escritório de renome sobre o assunto. Esse parecer dá inteira razão aos nossos argumentos para a cobrança dessas dívidas.

**AN: E como foi possível essa unanimidade no Conselho Fiscal, mantida por quatro anos consecutivos?**

**RT:** Primeiro, obviamente, a integridade dos atuais conselheiros indicados pelas patrocinadoras, que mostram que estão lá para fiscalizar de fato. Não somente a gestão da Petros, como a adequação dos investimentos dos planos, em especial o PPSP e o PP-2. Junto com isso, uma compreensão comum dos principais problemas, a partir de uma análise técnica isenta. E, acredito que o respeito técnico e intelectual mútuo foi fundamental para construir um ambiente favorável ao consenso. Tenho orgulho em

dizer que nunca precisei utilizar o voto de Minerva (ou de qualidade) como presidente do Conselho Fiscal. Se não temos consenso, o debate segue.

**AN: A Petros é um novo AERUS?**

**RT:** Eu penso que não. O Aerus não tinha patrimônio. Somente dívidas das patrocinadoras que nunca foram honradas. Em 1990, quando o Collor foi eleito, uma de suas primeiras providências foi retirar das passagens aéreas 3% que eram parte do custeio do plano Aerus. Com isso, Collor quebrou o plano. Nossa situação é muito grave e precisamos de providências imediatas para sair dessa dificuldade. Mas não estamos insolventes hoje. Se a Petros realizar a cobrança das dívidas da Petrobrás com o PPSP, o perigo de insolvência estará afastado. Caso contrário, o plano Petros do Sistema Petrobrás estará sob uma séria ameaça causada pela irresponsabilidade de quem tem a obrigação de zelar por seu patrimônio e não o faz.

**AN: Há uma luz no final do túnel?**

**RT:** O início da cobrança foi realizado com o contrato da dívida da RMNR. Mas é preciso avançar muito. Não pode haver dúvidas quanto a responsabilizar as patrocinadoras em relação ao crescimento do Passivo Atuarial e do Exigível Contingencial. Se a Petros fizer sua parte e cobrar as dívidas das patrocinadoras, a perspectiva fica muito favorável. E com uma gestão eficiente e transparente podemos estar em breve numa situação mais tranquila. O olho do dono é que engorda o gado. Temos que manter vigilância constante.

**AN: Como garantir a transparência na Petros?**

**RT:** A eleição dos diretores pelos participantes e assistidos é fundamental para que isso seja viável. Como já acontece na Previ (dos funcionários do Banco do Brasil) queremos ter o direito de eleger diretores para garantir que a transparência seja de fato um princípio na Petros. Isso foi acordado em 2006 pelos sindicatos e a Petrobrás, mas nunca foi cumprido. Enquanto estive à frente da Petros, nos últimos 13 anos, a FUP se recusou tanto a cobrar as dívidas da Petrobrás como a estabelecer as eleições diretas para diretores. Perdemos uma boa oportunidade para garantir uma gestão voltada aos nossos interesses. Esta é uma luta fundamental que precisamos travar.

# Parente compra crise para

Por Rogério Lessa

**A** pesar de o atual presidente da Petrobrás, Pedro Parente, ter afirmado que sem venda de ativos a Petrobrás pode até necessitar de aporte de recursos do Tesouro, o balanço de 2016 mostra exatamente o contrário. A Companhia, por sinal, em dezembro de 2016, adiantou R\$ 15 bilhões para o BNDES, aliviando o caixa do banco. A venda de ativos, como se sabe, além de se dar em momento de desvalorização, inclui segmentos estratégicos como o de biodiesel, transporte e distribuição de combustíveis, setores essenciais inclusive para a geração de caixa. A Petrobrás anunciou, por exemplo, que está se retirando do setor de biocombustíveis.

Além de produzir farto material sobre o tema (leia em nosso site) a AEPET tem lembrado reiteradamente a fala do diretor financeiro, Ivan Monteiro, para quem a empresa, independentemente de venda de ativos ou captação de novos recursos, dispõe de caixa suficiente para cobrir seus compromissos pelos próximos dois anos e meio. “Esta é a verdade que o balanço mostra, apresentando no final de 2016 um caixa robusto de US\$ 22 bilhões e uma li-

## Balanço de 2016 mostra a vitalidade da empresa e cala os que viam fracassos na estatal. Mas Pedro Parente insiste na depreciação contábil e na liquidação de ativos



quidez corrente de 1,8 (a maior nos últimos cinco anos). Estes números falam por si mesmos”, afirma o economista Claudio da Costa Oliveira, que é funcionário aposentado da Petrobrás e colaborador do site Brasil 247, entre outras publicações.

### Lucro operacional de R\$ 17,1 bilhões

Nos comentários sobre o balanço de 2016, a própria empresa afirma: “O resultado de 2016 foi marcado por uma melhoria significativa em nosso desempenho operacional ao longo do ano”. Em matéria do dia 23 de março de 2017, o jornal Monitor Mercantil confirma as palavras da Petrobrás, noticiando que a Companhia teve lucro líquido de R\$ 2,5 bilhões no último trimestre de 2016 e lucro operacional de R\$ 17,1 bilhões no ano passado. “O resultado não impediu um prejuízo no ano, de R\$ 14,8 bilhões, porém este prejuízo se deve a questões contá-

beis”, diz a matéria, ponderando que a estatal inverteu prejuízo de R\$ 12 bilhões registrado em 2015.

### Dívida em queda livre

“O endividamento líquido caiu 20%, passando de R\$ 392 bilhões, no final de 2015, para R\$ 314 bilhões, no fim de 2016, o equivalente a US\$ 96,4 bilhões”, prossegue o texto, acrescentando que o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) foi de R\$ 24,8 bilhões no quarto trimestre e de R\$ 88,7 bilhões em 2016, 16% superior ao ano anterior, “mostrando a vitalidade da empresa e calando os que viam fracassos na estatal”.

“De fato, houve significativa redução da dívida”, ratifica o presidente da AEPET, Felipe Coutinho. Ele pondera que a demonstração contábil revelou uma pujante geração de riqueza, com fluxo de caixa livre de R\$ 41,57 bilhões e geração de caixa (EBTIDA) de R\$ 88,7 bilhões.

Coutinho lembra ainda que o prejuízo contábil é resultado da reavaliação de ativos, “em que Pedro Parente realiza uma depreciação injustificável”, conforme detalha no artigo “A construção da ignorância sobre a Petrobrás”, publicado no site da AEPET e no blog que mantém, com informações e textos técnicos em defesa da estatal (<https://felipe-coutinho21.wordpress.com>). Coutinho frisa que essa discutível prática contábil adotada pela Companhia é peça importante na disputa da opinião pública em favor da privatização fatiada da estatal.

Ainda sobre a dívida, além da melhoria operacional, a relação dívida líquida/Ebitda foi reduzida de 5,11, ao final de 2015, para 3,54, ao final de 2016. A meta é que esse indicador chegue a 2,5 vezes no fim de 2018, número que muitos analistas consideram desnecessário. Por sinal, a dívida da Petrobrás é consequência direta dos investimentos da empresa, que no período 2010/2014 superou

# vender a Petrobrás



US\$ 200 bilhões, uma média anual superior a US\$ 40 bilhões. Como a maturação dos projetos em petróleo levam mais de 10 anos, o retorno efetivo começará a ocorrer a partir de 2020. Mesmo assim, em dezembro de 2015 a dívida havia caído de US\$ 136 bilhões para US\$ 126 bilhões. Em dezembro de 2016 sofreu nova queda, agora para US\$ 118 bilhões.

## Transferência de renda às avessas

Apesar dos bons números, a melhoria operacional foi camuflada também pelo declínio da receita bruta, que passou de R\$ 401 bilhões, em 2015, para R\$ 357 bilhões ano passado, o menor nível desde 2012. “Esta queda na receita bruta não é bem explicada pela empresa, mas apesar de Pedro Parente ter poder de estabelecer o preço dos combustíveis no Brasil, não se preocupou ou não quis reconquistar o mercado perdido para importadores independentes”, comenta Claudio da Costa Oliveira, acrescentando que, em vista disso, boa parte da receita da Petrobrás foi transferida para estes importadores dentre eles a Ipiranga (Ultra/Itau) e Raizen (Cosan/Shell).

“O Grupo Ultra, onde atuava o diretor financeiro Ivan Monteiro antes de vir para a Petrobrás, acaba de adquirir a Liquigas por um preço equivalente ao valor das botijas de gás estampadas com a logomarca “Liquigás” existentes no mercado brasileiro” – a AEPET também produziu farto material sobre esta questão.

“Mais espantoso é o fato de que a venda da Liquigas foi coordenada pelo próprio Banco Itaú, sócio

da Ultra. Também na negociação da Nova Transportadora do Nordeste –NTS, o Itaú exigiu uma participação de 9% no consórcio para fechamento do negócio”, prossegue o economista, lembrando que a revista Exame de julho/2016 (Melhores e Maiores) em função da receita, classifica a BR Distribuidora como a segunda maior empresa do Brasil, superada apenas pela Petrobras. A Ipiranga é classificada em terceiro e a Raizen em quarto. A Vale aparece apenas na quinta posição.

## TCU exige novas regras

Apesar de o Tribunal de Contas da União (TCU), em sua última reunião, ter autorizado a Petrobrás a retomar seu plano de desinvestimentos, foram exigidas alterações em processos e novas regras. Com

isso, a empresa, em tese, teria de reiniciar do zero os processos que estavam em andamento e ainda não tiveram contratos assinados.

No entanto, o TCU não diz nada sobre as vendas já realizadas, feitas sem nenhuma transparência, sem concorrência, em negociatas diretas ao arripio da lei. Além disso, a Petrobrás informa que finalizou a operação de venda, anunciada em 23 de setembro de 2016, de 90% das ações da companhia na Nova Transportadora do Sudeste (“NTS”) para Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (“FIP”), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda, entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

A Brookfield, por sinal, tem ocupado as manchetes de jornais brasileiros e estrangeiros com noticiário

dando conta do pagamento de propinas em diversas operações realizadas no país.

“A operação foi concluída com o pagamento, ocorrido nesta data, de US\$ 4,23 bilhões, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato de compra e venda”, diz a Petrobrás, informando, ainda, que após o fechamento desta operação, o FIP realizou a venda de parte de suas ações na NTS para a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“Itaúsa”), nas mesmas condições comerciais da transação entre Petrobras e o FIP.

Com a conclusão das duas transações nesta data, a NTS passa a ter a seguinte composição societária:

• FIP .....	82,35%
• Petrobras.....	10%
• Itaúsa.....	7,65%

## Confira abaixo a lista de ativos da Petrobras que já foram vendidos e negociações já concluídas desde 2015:

### TRANSAÇÕES CONCLUÍDAS:

■ Ativos na Argentina para a Companhia Geral de Combustíveis (CGC)	US\$ 101 milhões
■ 49% da subsidiária Gaspetro, vendida para a Mitsui Gás e Energia do Brasil	US\$ 540 milhões
■ Ajuste de preço da petroquímica Innova, vendida à Videolar, e ativos na Colômbia	US\$ 92 milhões
■ 100% da NSS localizada no Japão	US\$ 124 milhões.
■ 100% da Liquigas para a Ultragas	R\$ 2,8 bilhões
■ 67,19% na Petrobras Argentina (PESA), vendida para a Pampa Energía	US\$ 897 milhões
■ 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD), vendida para Souther Cross Group	US\$ 464 milhões
■ Participação no Bloco exploratório BM-S-8 para a Statoil Brasil Óleo e Gás	US\$ 2,5 bilhões
■ 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora Sudeste (NTS) para consórcio liderado pela Brookfield	US\$ 4,23 bilhões

### O QUE ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO:

- Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape)
- Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)
- Terminais de gás natural liquefeito (GNL) e termelétricas associadas
- Participação na BR Distribuidora
- Campos de petróleo e gás em terra e em águas rasas

# Desintegração da Petrobrás

\* Paulo César Ribeiro Lima

**Estão em curso no Brasil, privatizações e vendas ilegais de ativos no Sistema Petrobrás. Além de ilegais, essas operações, previstas nos Planos de Negócios e Gestão da Petrobrás 2015-2019 e 2017-2021, não se justificam tecnicamente.**

A venda do controle acionário da Nova Transportadora do Sudeste – NTS e da BR Distribuidora são, de fato, privatizações, sem atendimento à Lei nº 9.491/1997. O art. 3º dessa Lei veda a privatização de empresas estatais que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos do art. 177 da Constituição Federal. Esse é o caso da NTS, pois atividades de transporte de gás natural por conduto é monopólio da União.

Caso não seja vedada a desestatização, como é o caso da BR Distribuidora, a Lei nº 9.491/1997 e seu decreto regulamentador, Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, estabelecem, entre outras, as seguintes exigências para que uma empresa federal seja privatizada:

- recomendação do Conselho Nacional de Desestatização – CND, para aprovação do Presidente da República, de inclusão ou exclusão de empresas, inclusive participações minoritárias, no Programa Nacional de Desestatização;
- depósito das ações da empresa no Fundo Nacional de Desestatização – FND;
- divulgação dos processos de desestatização pelo gestor do FND;



- publicação de edital, com justificativa da privatização;
- indicação do valor econômico da empresa bem como outros parâmetros que venham a ser julgados necessários à fixação do valor de alienação;
- auditoria dos processos de desestatização por auditor externo independente, contratado por licitação pública;
- oferta de parte das ações aos empregados da empresa;
- licitação.

Os dispositivos da Lei nº 9.491/1997 atendem aos princípios norteadores da Administração Pública especificados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal. Entre tais princípios, des-

tacam-se a impessoalidade e a publicidade, de maneira a possibilitar a sua fiscalização por órgãos do Estado e pela própria sociedade. É por meio de licitações públicas que esses princípios são assegurados. Não há amparo, na legislação brasileira, para uma empresa estatal privatizar e alienar ativos estratégicos sem licitação pública.

No caso de alienações, como a venda da participação em Carcará, por exemplo, não há amparo legal na Lei nº 9.478/1997, que trata apenas de aquisições. Importa ressaltar que, nos termos do § 3º do art. 91 da Lei nº 13.303/2016, permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até 24 meses após a entrada em vigência dessa recente Lei. Assim sendo, precisam ser atendidos os dispositivos da Lei nº 8.666/1993.

As privatizações e alienações em curso no Sistema Petrobrás representam um grande retrocesso. É o predomínio da visão financeira de curto

prazo sobre a visão estratégica de longo prazo que deve nortear a gestão de um sistema histórico e tão singular para a economia nacional.

São muito graves as decisões de saída do setor petroquímico, de fertilizantes e de biocombustíveis, e de haver grande concentração na produção de petróleo, haja vista a tendência futura de alteração da matriz energética mundial. O setor de energia passará por grandes transformações nas próximas décadas, tanto por questões ambientais quanto por questões tecnológicas.

Também grave é a privatização da BR Distribuidora. As empresas distribuidoras são fundamentais para todas as grandes petrolíferas mundiais, como a ExxonMobil, Shell, Total e BP, tanto do ponto de vista financeiro quanto estratégico. É a partir das distribuidoras que as empresas mostram sua marca para o grande público.

A empresa estatal integrada e verticalizada do poço ao posto, presente em todo o território nacional, proprietária e operadora de oleodutos, gasodutos, terminais, refinarias, fábricas de fertilizantes, unidades petroquímicas, plantas de biocombustíveis e termelétricas pode ser desintegrada pelo PNG 2017-2021.

Uma empresa do porte e importância da Petrobrás para o País não pode ser resumida à visão financeira de curto prazo. Existem alternativas para a solução de problemas de ordem financeira da estatal sem vender, ilegalmente, ativos estratégicos. Basta que a alavancagem da empresa de 2,5 seja obtida em 2019, em vez de 2018. Para um sistema que projeta geração operacional de caixa de US\$ 158 bilhões, após dividendos, é relativamente pequena a parcela de US\$ 19 bilhões de desinvestimentos.

Em suma, estamos diante de uma grande omissão do Poder Público, pois não cabe aos administradores da Petrobrás a definição de políticas públicas de privatização. Há necessidade de um rigor muito maior da definição dos ativos a serem vendidos. Privatizações somente deveriam ocorrer a partir do estabelecimento de uma política pública, como dispõe a Lei nº 9.491/1997.

No mérito, o PNG 2017-2021 e o programa de desinvestimentos da Petrobrás não se mostram apropriados para o Brasil nem para a própria empresa. Eles sinalizam para o fim de um projeto nacional que contou com o apoio de amplos segmentos sociais e políticos do País, grande impulsionador da economia nacional.

\* Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados)

# Refinarias, reduzir risco?

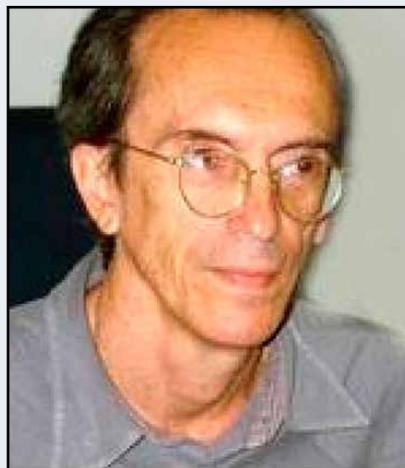
\* Diomedes Cesário da Silva

O diretor de refino da Petrobrás, Jorge Celestino, em evento promovido pelo Ministério de Minas e Energia, em fevereiro deste ano, destacou duas principais estratégias da companhia para o refino: reduzir o risco da companhia por meio de parcerias e promover política de preços de mercado.

“Estamos dando previsibilidade de preços e promover política internacional. Não há dúvidas de que essa política vai atrair parceiros para o setor ao maximizar as margens de refino”, destacou Celestino.

Mas, afinal, se vai ser mais rentável e previsível, de que risco está falando para vender refinarias para concorrentes? O principal ativo da Petrobrás, como sabe o diretor, é o nosso mercado interno.

Celestino informou ainda que “Enquanto o setor de E&P conta com 78 empresas atuando no setor, o downstream conta com a Petrobrás,



basicamente. Temos que atrair parceiros, ...”

O quadro abaixo, retirado do Relatório da Administração de 2016 da companhia, mostra a rentabilidade do refino nos últimos anos. Toda grande companhia de petróleo é integrada, alternando seus lucros entre suas áreas de negócios, função do preço do barril de petróleo.

No quadro mostrado, o setor de E&P só aparece com prejuízo operacional devido à reavaliação dos seus ativos (“impairments”). Aliás, muitos superiores às outras grandes companhias internacionais de petróleo.

Como alerta Cláudio da Costa Oliveira<sup>1</sup>, “Mas todos esses lançamentos buscam apenas iludir os mais desavisados. Eles só tem efeito contábil. Não tem efeito financeiro. Ou seja, estes lançamentos não afetam o caixa da empresa. Na verdade a companhia estruturalmente continua a ser a mesma, altamente lucrativa e forte geradora de caixa.”

O setor é aberto a quem quiser construir novas refinarias, gasodutos e instalações de distribuição. Não há interessados, pois os recursos a serem investidos são bilionários e as margens reduzidas. Interessada, é claro, comprar refinarias da Petrobrás em operação, sem riscos e baixo custos, ainda mais com a reavaliação dos ativos praticados de R\$ 113 bilhões nos últimos três anos.

É difícil imaginar um diretor da Shell, Total ou Statoil fazendo tal declaração para negociar suas refinarias, no mercado interno de seus países.

\* Ex-presidente da AEPET

	R\$ milhões		
	2016	2015	2016 x 2015 (%)
<b>LUCRO BRUTO</b>			
• E&P	29.847	34.190	(13)
• Abastecimento	49.495	46.017	8
• Gás e Energia	8.980	8.695	3
• Distribuição	7.538	8.4076	(10)
• Biocombustível	(80)	(77)	4
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>			
• E&P	6.761	(17.938)	138
• Abastecimento	31.119	25.438	22
• Gás e Energia	4.086	817	400
• Distribuição	292	(1.249)	123
• Biocombustível	(292)	(423)	(31)

1 <http://www.aepet.org.br/colunas/preview/1124/A-Petrobras-e-sempre-foi-altamente-productiva-e-lucrativa-mas-est-sendo-destruida>

# BR Distribuidora já nasceu

**E**conomista pós-graduado pelo Conselho Nacional de Economia em 1963 e formado pela Scuola di Idrocarburi Enrico Mattei (Milão – Itália, 1966), Sylvio Massa de Campos foi designado por Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, Diretor Comercial da Petrobras Distribuidora já em 1971, ano da fundação daquela estratégica subsidiária, que agora está sob ataque e consta da lista de ativos que a atual gestão pretende entregar, a pretexto de equacionar o endividamento da Companhia.

“Com a criação da BR Distribuidora, a Petrobrás estaria atuando em todas as etapas da indústria do petróleo, em estrutura empresarial análoga a das multinacionais, apropriando-se também de parte das margens de lucro desse segmento para financiar os vultosos investimentos nas áreas de exploração, produção e refino”, lembra o primeiro Diretor Comercial da BR Distribuidora.

Como cidadão, Sylvio Massa distingue três fases da evolução da História do Brasil como Nação, consciente de que as duas primeiras se entrelaçaram e geraram desdobramentos na configuração da escala da nossa economia e na inserção de expressivos novos grupos sociais na renda nacional, dando ao País relevância entre as nações, dignidade para sua gente e respeito à sua bandeira.

Na primeira fase, ele destaca os grandes vultos que vislumbraram o que será um dia a Nação brasileira, soberana e independente.

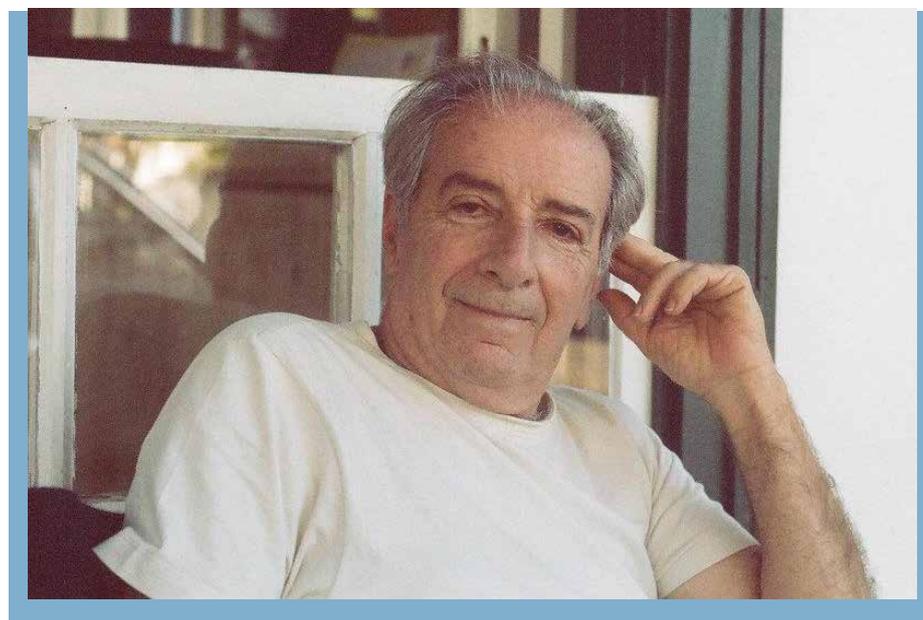
Em um segundo plano estariam os grandes construtores e empreendedores públicos e privados, que estruturaram nosso desenvolvimento, inserindo a economia brasileira entre as dez mais expressivas sob o aspecto do valor da produção industrial, agrícola e de serviços.

Por fim, na direção oposta, uma terceira fase, iniciada em meados do Século XX, na qual se projetaram executivos especializados em vender bens públicos sob as mais diversas justificativas, e, assim, não se vinculando as fases anteriores da nossa História.

“Nenhum país se desfaz de seus símbolos sem luta, apagando a memória de sua História, pois eles representam a quintessência de um povo que, com o saber técnico acumulado e a tipicidade de sua cultura, cria valores basilares, para o orgulho de seus cidadãos, no presente e para o futuro”.

Entre esses símbolos, Sylvio Massa vê um significado especial tanto na Petrobrás, criada nos anos 1950 por clamor popular, quanto na BR Distribuidora dos anos 1970, planejada por técnicos da própria empresa.

Nesta entrevista, o economista traça um histórico da empresa que ajudou a desenvolver e apresenta, didaticamente, fatos e razões para mantê-la sob o controle integral da Petrobrás e dos brasileiros.



*Qual o objetivo da BR na época de sua criação?*

Naquele momento, a distribuição de derivados era praticamente controlada pelas multinacionais do petróleo, inclusive abastecendo as Forças Armadas brasileiras.

Apenas duas empresas brasileiras atuavam nesse mercado, dominado pelas multinacionais: a Ypiranga, muito bem estruturada, porém com alcance apenas regional, no Sul; e a Petrominas, em processo falimentar.

A direção da Petrobrás, sob a orientação do presidente Geisel, criou a SUDIST (Superintendência de Distribuição) com o objetivo de gerar um plano para que a Petrobrás atuasse naquele mercado aberto e concorrencial, que tinha a sólida presença das sete irmãs do petróleo.

Desse modo, a Petrobrás estaria presente em todas as etapas da indústria do petróleo, em estrutura empresarial análoga a das multinacionais, apropriando-se também de parte das margens de lucro desse segmento para complementar o financiamento dos vultosos investimentos nas áreas de exploração, produção e refino.

*Em 19 de janeiro de 1970, pouco antes da criação da BR, o senhor foi designado Superintendente de Distribuição, ou seja, o gestor da SUDIST. Quais foram as principais iniciativas daquele período?*

Junto com a equipe de profissionais da Petrobrás, apresentamos um ousado planejamento que afetaria profundamente a empresa, com destaque para sua imagem:

- mudança da logomarca, até então identificada por um losango azul e branco e o nome Petrobrás ali inserido;
- nova concepção de arquitetura para os postos de serviços valorizando as áreas urbanas onde se instalassem;
- lançamento de novos produtos com a marca Petrobrás: lubrificantes, querosene, fluidos, solventes etc;
- foi organizada uma frota de Kombis que inspecionariam as bombas e a qualidade dos produtos expostos, bem como a limpeza e apresentação dos frentistas, cujo uniforme seria branco.



# estratégica

Também fizeram parte da estratégia comercial as conquistas de postos da concorrência para a mudança de bandeira e de grandes consumidores industriais (produtores de cimento, vidro, siderúrgicos e têxteis, entre outros), além da contratação dos profissionais do mercado mais representativos para cada área.

Essa formulação foi aprovada pela diretoria e os seguintes profissionais, expoentes do mercado, foram contratados:

- **Aloisio Magalhães** - principal nome do design nacional, criador do símbolo BR, representativo de nosso país, em verde e amarelo, nossas cores, para ser a bandeira dos postos de serviço da Petrobrás;

- **Zivaldo** - o famoso cartunista, ilustrador de livros e criador do primeiro calendário, para motoristas de caminhão;

- **Henfil** - também cartunista e autor de textos para seus personagens, elaboraria a primeira cartilha para frentistas dos postos de serviço sob o ponto de vista de limpeza, delicadeza e presteza;

- **Dilson Gestal Pereira** - profissional que revolucionou o conceito de arquitetura para postos de serviços com desenvolvimento de outras atividades mercantis. Seu projeto para os postos da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, foi premiado na Alemanha;

- O poeta **Decio Pignatari** para a criação da logomarca LuBRax, onde o BR grifado indicaria produto Petrobrás;

*Além desses expoentes, pessoas físicas, foram feitos acordos e parcerias estratégicas com instituições?*

Sim. Fizemos negociações principalmente, com as grandes redes de distribuição para mudanças de bandeira, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com destaque para o acordo com TOURING Clube do Brasil.

*E quanto ao setor público?*

As prefeituras nos cederam áreas estratégicas sob o ponto de vista de consumo e de exposição da imagem em troca de asfalto. Assim ocorreu no Rio, São Paulo, Santos e nos estados de Alagoas e Paraíba, entre outras unidades da Federação, com destaque para os postos da Transamazônica. Nesse contexto, merece ressaltar a instalação dos postos na praia de Copacabana e a conquista, por concorrência pública, dos postos do Aterro do Flamengo, até então sob a bandeira da Shell, áreas nobres onde a Petrobrás se apresentava com os melhores índices de atendimento ao público.

Assim, a Petrobrás se afirmava no mercado de distribuição, em acirrado processo de concorrência e sob os clamores e falsas denúncias das multinacionais junto ao Conselho Nacional do Petróleo e ao Sindicato das Distribuidoras, que exigiam a criação de uma empresa fora da contabilidade da Petrobrás.

Nasceu então, em 12 de novembro de 1971, já adulta, a BR Distribuidora, com mais de 800 postos de serviços, 40% do mercado de óleo combustível e novos produtos com a marca BR-Petrobrás, em especial o lubrificante LUBRAX, não obtendo a Chevron, cedente da tecnologia,



**Com a criação da BR Distribuidora, a Petrobrás estaria atuando em todas as etapas da indústria do petróleo, em estrutura empresarial análoga a das multinacionais, apropriando-se também de parte das margens de lucro desse segmento para financiar os vultosos investimentos nas áreas de exploração, produção e refino**

como proposto, destaque nas embalagens, após ferrenha luta dentro da Petrobrás.

*Por que as multinacionais exigiam a criação de uma empresa fora da contabilidade da Petrobrás?*

O objetivo era apenas usar a mídia para denunciar e fazer barulho contra a entrada da Petrobrás num mercado controlado por elas há muitos anos e com péssimos serviços prestados à população.

*O objetivo da criação da BR Distribuidora se mantém inalterado ou modificou-se ao longo do tempo?*

A Petrobrás e suas subsidiárias foram pensadas por brasileiros, criadas com apoio das Forças Armadas e desenvolvidas por seu corpo técnico, tendo a avaliação do mérito profissional a principal característica para a formação de seus quadros, sem trocas de favores, com rígido controle do Manual de Contratação, permanente auditoria interna dos negócios e ampla liberdade para contradizer ou denunciar qualquer fato estranho às normas.

Causa vergonha e revolta assistir aos fatos recentes de corrupção dentro da empresa que, ao final, e talvez como causa planejada, servem para alimentar a desmoralização de sua respeitada história e o esquiteamento de sua estrutura empresarial.

*Qual era o cenário político na época; muito diferente do atual?*

A geopolítica era diversa da atual, o mundo era polarizado e prevalecia ainda o conceito da existência de fronteiras não somente as geográficas, a serem defendidas.

Não queríamos ser o quintal de nenhuma nação e muito menos inquilinos dentro de nosso próprio País.

*Com relação às pressões externas; algum dia deixaram de existir?*

Em particular, e com maior amplitude no sistema capitalista, as pressões externas e internas por vantagens de qualquer natureza vão existir sempre e são naturais. Devemos olhar é a nossa capacidade de resistir e não deixar de buscar o significado das novas criações ideológicas que envolvem a procura de novos mercados.

### *Que governos resistiram mais?*

O governo de Getúlio Vargas, em sua segunda fase, e o governo Ernesto Geisel, sob o ponto de vista da nossa nacionalidade, sem dúvida, foram os mais aguerridos na tentativa de estruturar o desenvolvimento técnico e econômico do País de forma autônoma em suas decisões.

### *Durante sua existência, quais os principais benefícios trazidos pela BR para a Petrobrás e para o País?*

Para a Petrobrás, na consolidação de resultados, o reforço na liquidez do seu fluxo de caixa, na apropriação da margem de distribuição em seus resultados financeiros.

Para o País, a presença do símbolo BR em todos os rincões do território nacional garantindo o abastecimento de combustíveis, mesmo, às vezes, com resultados financeiros desfavoráveis.

### *Como avalia o papel desempenhado pelos últimos dirigentes da Companhia, que optaram pela venda de ativos estratégicos sob pretexto de equacionar o endividamento, em momento de desvalorização e com prejuízo ao fluxo de caixa no futuro?*

O enfraquecimento político do corpo técnico da empresa, a perda de representatividade das instituições nacionais, como o Clube de Engenharia, ABI, OAB, entre outras, além da ausência de líderes cívicos, como Barbosa Lima Sobrinho. Todas essas perdas permitem que dirigentes, adeptos exclusivamente da regulação do mercado “livre”, sem vínculo com o fazer, com o construir, tratem importantes ativos, com alto valor simbólico, como um parafuso qualquer posto à venda, com o frágil argumento de reduzir a dívida que foi contraída para a realização de investimentos ainda não finalizados e ainda sem oferecer o retorno financeiro esperado.



## LUBRAX

**BR Distribuidora, com mais de 800 postos de serviços, 40% do mercado de óleo combustível e novos produtos com a marca BR-Petrobrás, em especial o lubrificante LUBRAX**

Vender ativos que são geradores expressivos de receita para a empresa, descaracterizar a bandeira BR com a ameaça de cessão de parte do capital da Petrobrás Distribuidora, depenar pelas beiradas a estrutura verticalizada da Petrobrás constituem crimes contra a pátria. Espero que um dia essa venda seja anulada.

### *Qual o peso da BR entre as subsidiárias estratégicas do sistema?*

O peso da BR é materialmente muito importante no fluxo de caixa da Petrobrás.

Por outro lado, os brasileiros vêm pouco as refinarias, as bases, os petroleiros ou os terminais, por exemplo, mas a bandeira BR em sua cidade, em seu município, em seu estado, expressando um símbolo nacional, promove orgulho de ver uma empresa tecnicamente vitoriosa, pensada com a coragem cívica e construída com o trabalho de honrados brasileiros.

### *Entre as ações desta diretoria, existe alguma que, a seu ver, é passível de contestação judicial?*

Sim, e a mais eficaz é a ação pública do corpo técnico da empresa, principalmente dos empregados ativos, exigindo participação nas decisões e não apenas a aceitação do veredicto dos prepostos temporários do poder.

### *A Petrobrás vem sendo processada em instâncias internacionais, sobretudo porque boa parte de suas ações foi negociada para investidores da bolsa americana. A Companhia estaria mais preservada se tivesse um maior controle por acionistas brasileiros?*

Sem dúvida a Petrobrás estaria muito mais protegida caso estivesse regida exclusivamente pela legislação brasileira, pela nossa CVM.

Seguindo o exemplo das grandes

corporações, com sólida experiência de atuação mercantil em vários mercados, que evitam, quando possível, submeter-se às legislações de mercado aberto, onde os ativos mobiliários ou títulos de dívida são negociados, pois a especificidade é maior proteção ao investidor individual, em grupo ou fundos de pensão.

### *Um governo comprometido com a Nação não deveria promover a recompra desses papéis?*

Qualquer governo, mesmo em regime de ditadura, age de acordo com a pressão da sociedade, representada por suas instituições e organizações, que, em suas manifestações, passam a exigir, cobrar, alertar para a necessidade de alterar o rumo da política em vigor. Considero que AEPET tem as credenciais morais, éticas e técnicas para inaugurar uma campanha pela recompra dos papéis da Petrobrás no exterior.

### *É possível reverter o quadro político atual?*

O surgimento de novas lideranças, afastadas das atuais organizações oficiais, deve ser buscado; a livre denúncia nas redes sociais dos atos e fatos que prejudiquem o futuro da empresa; a formação de um corpo de defesa dos nossos símbolos junto à sociedade civil para, assim, defender os interesses da Nação, do Estado e não apenas do Governo.

